



DISTRIBUIÇÃO E PRODUTIVIDADE

Octávio Gouvêa de Bulhões

Estou inclinado a supor que o artigo de Roberto Campos, publicado no "Jornal do Brasil" de 22 de junho do corrente ano, sobre as "Perspectivas do Socialismo Francês" (*), tenha despertado a atenção dos leitores. Começa por assinalar a diferença das opções políticas na Itália e na França e relembra a compreensível tendência à renovação. A longa permanência no poder conduz ao imobilismo, ainda que aparente, quando não gera "perda de criatividade, corrupção administrativa, fadiga sistemática". Analisa os programas de energia nuclear, bem estruturados na França e, em seguida, passa para o contraste da distribuição e da produtividade. Relaciona o primeiro ao socialismo e o segundo ao capitalismo, relembrando, a esse propósito, a frase de Churchill: "No capitalismo, os resultados são melhores que as intenções; no socialis-

mo, as intenções são melhores que os resultados".

Historicamente, as atuações distributivistas estão ligadas a governos rotulados de socialistas. Mas, na verdade, há vários decênios que é generalizado o movimento de redistribuição da renda, inclusive e destacadamente nos Estados Unidos.

Durante o período de depressão, sob a influência de Keynes, passou-se a dar grande ênfase ao consumo, como meio de ativar-se a economia. A orientação, na época, era lógica. Se havia excesso de capacidade produtiva ociosa, seria desarrazoado realizar novos investimentos empresariais. O impulso ao consumo, multiplicado na sucessão de demandas adicionais, traduziria o meio apropriado de despertar o ânimo de produzir. Os aumentos salariais, destinados à demanda, permitiriam os lucros da oferta. Havendo capacidade ociosa não se cogitava de poupança, nem de investimentos. Ao contrário, a poupança significava um

(*) N. da R. O artigo a que se refere o Autor está transcrito à pág. 161 deste Número.

embaraço à intensificação multiplicadora do consumo.

O sistema keynesiano trouxe um alívio à economia americana, sem contudo reativá-la da maneira esperada. Deixou, porém, a fragilidade dos *deficits* orçamentários do Tesouro, por intermédio dos quais, na seqüência das obras públicas eram supridos os salários que acelerariam a demanda. No correr do tempo, o panorama econômico acusou grandes modificações. Os investimentos empresariais tornaram-se indispensáveis e, igualmente indispensável a poupança para financiá-los. Todavia, persistia a idéia do estímulo ao consumo, especialmente por intermédio da redistribuição da renda, seja pelo imposto de renda, seja pelas contribuições à previdência social. Insistia-se no aumento proporcional do consumo em nível muito superior ao aumento proporcional da poupança e dos investimentos empresariais. Em consequência, os lucros caíram sistematicamente em relação à renda nacional, a poupança deixou de orientar-se para o capital acionário, as dívidas das empresas aumentaram e igualmente a do Governo, substancialmente em atendimento ao deficit do Tesouro, originado do crescente dispêndio com o bem-estar social. A economia passou sistematicamente a reduzir seu índice de produtividade, paralelamente ao crescimento dos índices de preços. Impunha-se uma reação que se acha, agora, em curso.

É, portanto, estranho, em face dessa experiência, que a França venha a optar pelo distributivismo, com os exageros do socialismo. "Fá-lo precisamente", como diz Roberto Campos, "num momento em que o mundo anglo-saxão-Estados Unidos, Inglaterra e Austrália regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assis-

tencial", as distorções do intervencionismo estatal e os abusos do poder sindical".

A explicação que me parece razoável admitir em meio ao cipoal de preconceitos, incompreensões e ambições, é o propósito de evitar-se que se repita a seqüência dos ciclos econômicos de prosperidade e depressão. É o desejo de impedir o movimento pendular de uma fase de produtividade causadora de excesso de produção, pela deficiência da distribuição de renda, passando ao extremo oposto de distribuição inflacionária de renda, com deficiência da produção.

Tenho a impressão de que o equilíbrio desejável está contido no sistema brasileiro, consubstanciado no "Programa de Integração Social". Tanto repeti esse tema, em defesa de uma lei constitucional, sem a menor repercussão, que passei a duvidar de minha própria convicção. Esse o motivo de ter declarado não desejar voltar ao assunto. Despedi-me de um tema que me parecia o mais oportuno e construtivo na atualidade. Volto a mencioná-lo tão-somente pelo fato de Roberto Campos, no final de seu artigo, esperar que a França se abstenha de repetir erros do passado, repetição de espantosa freqüência. Admite Campos que "a equipe de Mitterrand é suficientemente realista e tecnicamente competente para temperar o distributivismo heróico com uma dose de produtivismo burguês. Se não o fizerem confirmarão a profecia de Churchill, segundo o qual no socialismo as "intenções são melhores que os resultados". E devemos reconhecer que as profecias de Churchill sempre foram acertadas.

A distribuição "heróica", referida no artigo prende-se não somente à intensidade de uma distribuição antieconômica, como, sobretudo, ao adiçãoamento da estatização de empresas particulares.

A melhoria da distribuição de renda é política de qualquer regime de governo bem orientado. O erro que temos cometido, em detrimento da eficácia da própria distribuição da renda, é o de debilitar a concentração da riqueza, por meio de uma redistribuição de renda associada ao enfraquecimento do lucro, em lugar de adotarmos a descentralização da riqueza, multiplicando o patrimônio gerador de renda. Esse o caminho a ser percorrido neste fim de século XX, de modo a permitir um ingresso mais promissor no século XXI. Adotar, porém, nesta altura dos acontecimentos, a estatização de empresas particulares é, sem dúvida, retroceder para o século XIX quando se acreditava estar o Estado em condições de banir o lucro dos empreendimentos e mantê-los em eficiente desempenho. Se fôsse esse o caso, o Brasil seria um dos mais eficientes produtores e a distribuição da renda teria atingido níveis bem mais satisfatórios.

O Ministro Delfim Netto teve a lúcida idéia de mandar fazer o levantamento

das empresas estatais. Instituiu a "Secretaria de Controle das Empresas Estatais". Segundo um relatório recente, publicado na *Conjuntura Econômica* de junho, o número das empresas, diluídas entre os vários Ministérios, é de 554. A receita bruta, em 1979, foi de 2.311 bilhões de cruzeiros ou seja mais de quatro vezes a receita do Tesouro Nacional e praticamente igual ao total das vendas das 500 maiores empresas do Brasil (2.507 bilhões de cruzeiros, em 1979, *Conjuntura Econômica* de outubro de 1980).

Em termos de valor adicionado, comparável com o produto nacional bruto, é provável que a proporção seja equivalente à proporção do setor primário.

Na posição de Embaixador da França no Brasil eu não hesitaria em mandar a *Conjuntura Econômica* de junho para o Presidente Mitterrand e acredito que, à vista da estatização das empresas brasileiras, seria o caso de refletir melhor sobre o seu programa de estatização das empresas particulares francesas.

(Transcrito do "Jornal do Brasil")



O Professor Octavio Gouvêa de Bulhões é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil. Fez curso de especialização em Economia nos Estados Unidos e é catedrático (por concurso) da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Fazenda no Governo Castelo Branco. Destacam-se entre suas obras publicadas os livros "Economia e Política Econômica" e "Dois Conceitos de Lucro".